

# Termo de Referência 57/2024

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
57/2024	320004-MME-CGC-COORD.GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS/DF	FABIANA FEIJO DE OLIVEIRA BAPTISTUCCI	23/07/2024 16:22 (v 1.0)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	15/2024	48340.003324/2024-51

## 1. Condições gerais da contratação

1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento de vestuários, sob medida, para servidores que exercem a atividade de motorista, no MME, para uso no edifício sede do Ministério de Minas e Energia, em Brasília /DF, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	<p><b>TERNO MASCULINO COMPOSTO POR PALETÓ E CALÇA</b></p> <p><b>Paletó:</b></p> <p>Confeccionado em tecido 65% de poliéster e 35% lã, mínimo 265 gramas por metro linear (g/ml) a 295 gramas por metro linear (g/ml), na cor preta, medidas de acordo com o manequim do usuário;</p> <p>Frente fechável por 02 (dois) botões de quatro furos cada medindo 20 mm de diâmetro aproximadamente, com casa de olho no sentido horizontal;</p> <p>Gola, lapelas e frente com ponto picado (tipo alfaitaria toda pespontada), com caseado falso na lapela do lado esquerdo e feltro debaixo da gola;</p> <p>Ombreira puncionada de algodão, cabeça de manga com crina animal ou similar, reforço de peito com crina animal ou similar;</p> <p>Bolso: 07 (sete) bolsos, sendo: 01 (um) externo embutido na parte superior do lado esquerdo com ponto picado, com “vista” larga 2,5 cm largura (L) e</p>					

1	<p>10 a 11 cm comprimento (C); 02 (dois) bolsos externos embutidos um de cada lado na parte inferior com portinhola medindo 5 a 6 cm largura (L) e 15 a 16 cm comprimento (C) com ponto picado com travete meia lua; 02(dois) internos embutidos na parte superior, sendo um embutido do lado esquerdo com 12 a 13 cm de comprimento (C) e outro do lado direito com 12 a 13 cm de comprimento (abotoamento por um botão com aleta em forma de triângulo com caseado); 02 (dois) menores interno embutido na parte inferior do lado esquerdo com 9 a 10 cm comprimento (C) e 14 a 15 cm de profundidade (porta óculos).</p> <p>Parte interna: todo forrado, forro 100% sarja de acetato na cor preta, vista interna com vira francesa e pespontado na cor branca, e com viés na cor bordo contrastando com o forro;</p> <p>Mangas forradas, punho com abertura(canhão) falso, com 04 (quatro) botões com caseados falso;</p> <p>Traseiro: forrado com 01 (uma) abertura atrás (corte Americano);</p> <p>Acabamento: botões na cor preta: poliéster, tinto massa T-24 para manga e T-32 para frente, 04 (quatro) furos;</p> <p>Entretela: colante para reforço de ombro;</p> <p>Forro paletó: parte interna coberta com forro 100% sarja de acetato cor preta; Medidas de acordo com manequim do usuário;</p> <p>Etiqueta de marca bordada;</p> <p>etiqueta de composição e instrução de lavagem conforme determinação do INMETRO.</p> <p><b>Admite-se variações de ±10% nas especificações das composições dos tecidos, bem como nas medidas de confecção.</b></p> <p><b>Calça:</b></p> <p>Social confeccionado em tecido 65% poliéster e 35% lã, 265 gramas por metro linear (g/ml) a 295 gramas por metro linear (g/ml), na cor preta (cor idêntico ao paletó) medidas de acordo com o manequim do usuário, fino acabamento</p> <p>Modelo social: reta sem pregas em tecido idêntico ao do terno, com pernetas (forrada forro 100% sarja de acetato cor preta até o joelho), com 02 (dois) bolsos dianteiros tipo faca com pesponto a 1mm da beirada e forro também pespontado, acabamento em travete; 02 (dois) traseiros com caseado na vertical, sem portinhola, cerzidos, 01 (um) pinchal em cada, fechamento por caseado e 01 (um) botão em cada bolso, forro pespontado em todo o contorno;</p>	10030	UNIDADE	18	R\$ 1.402,83	R\$ 25.250,94
---	---	-------	---------	----	-----------------	------------------

<p>Calça com fechamento 3 pontos e um botão reserva: sendo um por gancho metálico, o outro com extensão retangular com caseado de olho e preso por um botão, e outro interno com extensão em forma de bico com caseado de olho preso com 1 botão;</p> <p>Cós de 40 mm(A);</p> <p>Forro montado em 2 partes com fita de borracha ou similar para segurar a camisa, oito passantes, porta-moedas;</p> <p>Abertura frontal com zíper em poliéster antiferrugem com deslizamento prático;</p> <p>Acabamento das costuras internas em overloque;</p> <p>Possibilidade de ajustes futuros;</p> <p>Aviamentos: cor do tecido; linha 100% poliester;</p> <p>Forro de bolso tecido canelado 70% poliéster e 30% algodão na cor preta;</p> <p>Entretela de cóis 100% poliéster;</p> <p>04 (quatro) botões poliéster tinto massa T -24 (quatro furos);</p> <p>Zíper de nylon 18 cm (C) trava automática;</p> <p>Zíper/gancho deverá ser de material resistente à ferrugem;</p> <p>Medidas de acordo com manequim do usuário;</p> <p>Etiqueta de marca bordada ou impressa;</p> <p>Etiqueta de composição e instrução de lavagem conforme determinação do INMETRO.</p> <p><b>Admite-se variações de ±10% nas especificações das composições dos tecidos, bem como nas medidas de confecção.</b></p>					
<p><b>CAMISA:</b></p> <p>Social manga longa, confeccionada em tecido tipo tricoline, 70% de algodão e 30% em poliéster, na cor branca, armação maquetada, tipo passa fácil, gramatura de 135 g/m², admitindo-se variação de ± 10% sem transparecer o corpo;</p> <p>Colarinho social com base e reforço (entretela peletizada 100% algodão), com barbatana embutida presa pela costura de 4mm de largura e 6 cm de comprimento para evitar que o bico da gola fique levantando;</p> <p>Pala: 02 panos (dupla) com etiqueta de marca e tamanho;</p>					

2	<p>Mangas compridas tombadas e rebatidas com pesponto de 0,90 cm, com carcela dupla com 1 (um) botão em cada manga, punhos simples (altura 6,0 a 6,5cm) pespontados e abotoáveis, sendo 2 (dois) botões em cada punho tam -18;</p> <p>01 (um) bolso frontal superior;</p> <p>Bainha simples modelo de bico à altura do peito, lado esquerdo, reforços (mosqueados nos cantos, com 12 cm (largura) por 15 cm (altura); Vista virada (lisa) embutida de 3,0 cm com entretela dupla face para não ficar enrugando e evitar desfiamento;</p> <p>Botão reserva na vista interna;</p> <p>fralda: recortada na direção das costuras laterais e toda embainhada; Ombro: costura embutida pesponto na beira;</p> <p>Costa: com 2 (duas) pregas uma de cada lado;</p> <p>Abertura: frontal (para vestir ou desvestir), em toda a extensão, abotoamento por sete botões TAM -18, botão branco ou transparente, sendo 12 (doze) no tamanho 18 já com o reserva, e 5 (cinco) no tamanho 16 já com o reserva;</p> <p>Aviamento na mesma cor do tecido;</p> <p>Medidas de acordo com manequim do usuário;</p> <p>Etiqueta de marca bordada ou impressa;</p> <p>Etiqueta de composição e instrução de lavagem conforme determinação do INMETRO.</p> <p><b>Admite-se variações de <math>\pm 10\%</math> nas especificações das composições dos tecidos, bem como nas medidas de confecção.</b></p>	10030	UNIDADE	45	R\$165,00	R\$ 7.425,00
3	<p><b>GRAVATA:</b></p> <p>Do tipo Jaquard 1200 fios, 100% poliéster, cores a definir, medindo entre 7 e 7,5 cm de largura na parte mais larga e 1,50cm de comprimento aproximado, passador do próprio tecido, etiqueta de marca bordada ou impressa, forro liso ou trabalhado.</p> <p><b>Admite-se variações de <math>\pm 10\%</math> nas especificações das composições dos tecidos, bem como nas medidas de confecção.</b></p>	10030	UNIDADE	18	R\$ 55,00	R\$ 990,00
	<p><b>MEIA:</b></p> <p>Social masculina, cor preta;</p> <p>Composição de 76% de algodão 22% de poliamida e 2% de elastano.</p>					

4	<b>A composição pode variar em 5% para mais ou para menos em cada componente, tamanho de acordo com o beneficiários.</b>	10030	PAR	45	R\$ 20,83	R\$ 937,35
5	<b>CINTO:</b>  Social masculino, em couro legítimo em ambos os lados, cor preta, largura medindo de 35 mm a 40 mm, comprimento de acordo com as medidas dos usuários, fivela tipo aço escovado fumê ou níquel, com garra regulável e giratória, passante de couro próximo à fivela, que possibilite ajuste de tamanho.  <b>Justifica-se a especificação da fabricação do cinto em couro legítimo, visto a sua durabilidade maior do que em couro sintético.</b>	10030	UNIDADE	18	R\$ 119,00	R\$ 2.142,00
6	<b>SAPATO:</b>  Social masculino, na cor preta;  Confeccionado em couro legítimo animal (bovino, ovino ou mestiço), com cadarço, na cor preta, bico fino quadrado, palmilha forrada em couro 100% legítimo e espumado de alta absorção da transpiração, antibacteriana, com memória e estruturas de massagem, com sistema anti-impacto no mínimo 7 pontos de amortecimento no solado, solado em couro e salto emborrachado antiderrapante com mistura de borracha natural, antiderrapante;  Gáspea lisa ou com detalhes;  Sistema de circulação de fluxo de ar ativo, etiqueta de comprovação do fabricante na parte interna.  Conforme numerações a serem apresentados no ato da solicitação.  <b>Justifica-se a especificação da fabricação do sapato em couro legítimo, visto a sua durabilidade maior do que em couro sintético, bem como as demais especificações do produto dado que os usuários irão utilizar os sapatos por um período corrido que pode superar 12 horas diárias, o que se impõe que seja um calçado confortável.</b>	10030	PAR	18	R\$ 351,00	R\$ 6.138,00
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 43.063,29</b>	

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) , na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. Fundamentação e descrição da necessidade

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no Tópico 1 deste Termo de Referência.

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

## 3. Descrição da solução como um todo

3.1 A troca periódica de uniformes dos motoristas oficiais e agentes de vigilância é uma prática essencial que deve ser mantida por diversas razões, como apresentação pessoal, conforto e ergonomia. Esta medida não apenas garante a manutenção de uma aparência profissional, mas também contribui para a segurança e o bem-estar dos motoristas, refletindo diretamente na imagem institucional.

3.2 A aquisição tem caráter funcional, para proporcionar vestuário apropriado para os servidores, composto de ternos completos (paletó, camisa social, gravata, cinto, meias e sapatos) a fim de possibilitar uma aparência e apresentação compatível com os ambientes e funções que assim as exigem, principalmente no atendimento de autoridades Ministeriais, de conformidade com a alínea p) apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função, do Item XIV do Capítulo I do Anexo do DECRETO Nº 1.171, DE 22 DE JUNHO DE 1994.

3.2.1. Cada Motorista Oficial e Agente de Vigilância receberá 2 (dois) conjuntos completos, compostos por:

- 2(dois) paletós
- 2(duas) calças
- 5(cinco) camisas
- 2(duas) gravatas
- 5(cinco) pares de meia
- 2(dois) cintos
- 2(dois) pares de sapatos.

## 4. Requisitos da contratação

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE considera o tema sustentabilidade como diretriz do desenvolvimento econômico e social, e assim, adotou a denominação de Crescimento Verde para esse assunto e definiu indicadores para a correlata avaliação.

### Da exigência de amostra

4.2. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.3. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

4.3.1. Será solicitado dos itens que a área técnica identificar necessária.

4.4. As amostras poderão ser entregues no endereço: Ministério de Minas e Energia, no prazo limite de 10 (dez) dias, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.5. É facultada a prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findar o prazo.

4.6. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.7. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.7.1. Itens 1: Qualidade do tecido.

4.7.2. Itens 2: Estrutura das peças (corte e caimento);e

4.7.3 Itens 3: Compatibilidade com a descrição do Termo de Referência.

4.8. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.9. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.10. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.11. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 10 (dez) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.12. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

#### **Subcontratação**

4.13. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.14. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, visto tratar-se de uma compra por Dispensa Eletrônica de baixo valor.

## **5. Modelo de execução do objeto**

#### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos dos uniformes é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens e serviços deverão ser entregues e prestados no seguinte endereço: **Esplanada dos Ministérios, Ministério de Minas e Energia, Bloco "U". CEP: 70.065-900.**

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. Modelo de gestão do contrato**

#### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para adotar as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

### **Fiscalização Administrativa**

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### **Gestor do Contrato**

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).



6.11 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente, ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

### Recebimento

7.1. Os serviços serão executados provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os uniformes produzidos sob medida poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 7 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de crédito**

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## **8. Forma e critérios de seleção e regime**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

### **Forma de fornecimento**

8.4. O fornecimento do objeto será integral.

### **Exigências de habilitação**

8.5. *Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:*

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.7. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.8. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.9. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.10. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.11. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.13. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.14. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.15. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### **Habilitação jurídica**

**8.16. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**8.17. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.18. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**8.19. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.20. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

**8.21. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.22. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**8.23. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**8.24. Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

**8.25. Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.27. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.28. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.29. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.30. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.31. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.32. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.33. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.34. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.35. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.36. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **9. Estimativas do valor da contratação**

**Valor (R\$):** 43.063,29

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 43.063,29 (quarenta e três mil e sessenta e três reais e vinte e nove centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela do Item 1 (condições gerais da contratação).

## **10. Adequação Orçamentária**

### **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- Gestão/Unidade: 320004/00001;
- Fonte de Recursos: 1053000260;
- Programa de Trabalho: 25.122.0032.2000.0001
- Elemento de Despesa: 339030; e
- Plano Interno: ;

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: PORTARIA Nº 475/SPOA/SE/MME, DE 19 DE JULHO DE 2024

### FABIANA FEIJO DE OLIVEIRA BAPTISTUCCI

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 23/07/2024 às 16:22:51.

Despacho: PORTARIA Nº 475/SPOA/SE/MME, DE 19 DE JULHO DE 2024

### AIRTON OLIVEIRA LIMA

Equipe de apoio

Despacho: PORTARIA Nº 475/SPOA/SE/MME, DE 19 DE JULHO DE 2024

### SIMONE MARIA DA SILVA SALGADO

Equipe de apoio

Despacho: PORTARIA Nº 475/SPOA/SE/MME, DE 19 DE JULHO DE 2024

**JOELMA MENDES DE MELLO**  
Equipe de apoio

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - PLANILHA PDF.pdf (97.36 KB)



## **Anexo I - PLANILHA PDF.pdf**

PROCESSO DE UNIFORMES														MÉDIA DOS VALORES	
Item	Descrição	CATMAT	Quantidade	EMPRESAS DO RAMO						ÓRGÃO PÚBLICO					
				SHANNON MODA LTDA CNPJ: 00.400.119/0001-51		SANT MARTIN MODAS CNPJ: 17.331.056/0001-21		SILVENINA UNIFORMES CNPJ: 18.386.337/0001-44		Ata 032-2024 PODER JUDICIARIO		PE 71/2023 MINISTÉRIO PÚBLICO DO DFT			
				Unit.	Total.	Unit.	Total.	Unit.	Total.	Unit.	Total.	Unit.	Total.		
1	TERNO MASCULINO COMPOSTO POR PALETÓ E CALÇA	602211	18	R\$ 1.197,00	R\$ 21.546,00	R\$ 1.899,00	R\$ 34.182,00	R\$ 1.278,00	R\$ 23.004,00	R\$ 1.237,30	R\$ 22.271,40	R\$ 862,00	R\$ 15.516,00	R\$ 1.402,83	R\$ 25.250,94
2	Camisa - 70% de algodão e 30% em poliéster	452656	45	R\$ 329,00	R\$ 14.805,00	R\$ 247,00	R\$ 11.115,00	R\$ 155,00	R\$ 6.975,00	R\$ 180,00	R\$ 8.100,00	R\$ 160,00	R\$ 7.200,00	R\$ 165,00	R\$ 7.425,00
3	Gravata - Do tipo Jaquard 1200 fios, 100% poliester	297200	18	R\$ 98,20	R\$ 1.767,60	R\$ 57,00	R\$ 1.026,00	R\$ 48,00	R\$ 864,00	R\$ 60,00	R\$ 1.080,00	R\$ 55,00	R\$ 990,00	R\$ 55,00	R\$ 990,00
4	Meia - Social masculina, cor preta;	246667	45	R\$ 45,32	R\$ 2.039,40	R\$ 33,00	R\$ 1.485,00	R\$ 22,50	R\$ 1.012,50	R\$ 20,00	R\$ 900,00	R\$ 20,00	R\$ 900,00	R\$ 20,83	R\$ 937,35
5	Cinto - Social masculino, em couro legítimo em ambos os lados	356857	18	R\$ 139,14	R\$ 2.504,52	R\$ 118,00	R\$ 2.124,00	R\$ 85,00	R\$ 1.530,00	R\$ 120,00	R\$ 2.160,00	R\$ 94,90	R\$ 1.708,20	R\$ 119,00	R\$ 2.142,00
6	Sapato -em couro legítimo animal (bovino, ovino ou mestiço)	458144	18	R\$ 329,00	R\$ 5.922,00	R\$ 399,00	R\$ 7.182,00	R\$ 325,00	R\$ 5.850,00	R\$ 280,00	R\$ 5.040,00	R\$ 250,00	R\$ 4.500,00	R\$ 351,00	R\$ 6.318,00
VALOR TOTAL				R\$ 48.584,52		R\$ 57.114,00		R\$ 39.235,50						R\$ 43.063,29	